



Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho das Zonas VIII & IX, 23 de Abril de 2015, BEC Bilbao

6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

O Presidente do Grupo, S. Larzabal, agradeceu os membros pela sua presença, submetendo em seguida à votação, os projectos de relatório e de ordem do dia da reunião anterior, que foram validados sem qualquer alteração. Uma questão diversa foi acrescentada à ordem do dia. Muitos cientistas requereram o acesso aos dados GEPETO, pelo que a possibilidade de lhes proporcionar um acesso deve ser discutida.

Gestão das Raias

- Apresentação: J. Jourdain

J. Jourdain (CNPMEM) apresentou a proposta da França, de um novo mecanismo de cálculo do TAC global de raias, que leve mais em consideração as abundâncias biológicas. Foi observado o seguinte: o TAC baixa regularmente, o que tem consequências económicas e provoca o aumento das rejeições, apesar de o CIEM descrever aumentos da biomassa para determinados stocks. Na sequência dessa observação, os profissionais consideram importante propor medidas que permitam um ajuste do TAC em função das evoluções de abundância.

Actualmente, as espécies mais abundantes são as mais capturadas. Contudo, o TAC global é influenciado pelo estado dos stocks frágeis. Para permitir o seu aumento, é necessário um conhecimento exaustivo de todas as espécies e um bom estado dos stocks. O método de cálculo do TAC global proposto pela França consiste num ajuste em função do número de stocks com parecer científico positivo e negativo. É avançada uma explicação pormenorizada do mecanismo no site do CC Sul. Um pedido de análise aprofundada desse método foi apresentado ao CSTEP, com vista a uma aplicação em 2016. Aguardam-se os resultados para as próximas semanas.

- Debate sobre o método

Foi perguntado se tinham sido desenvolvidas reflexões sobre os tamanhos mínimos das raias. J. Jourdain respondeu que essa questão não tinha sido abordada e que parecia complexa, devido à gestão por TAC global. Foi salientada a ausência de critérios de precaução com esse método de cálculo. Tendo algumas espécies um rendimento baixo, foi pedido para as levar em consideração. Foi realçado que um TAC global poderia ter um efeito negativo sobre os stocks de espécies frágeis, o que, no entanto, já acontece. Por esse motivo, é necessário desenvolver medidas complementares. O método proposto é geral, estando este destinado a evoluir. Foi indicado que estavam a ser efectuadas estimativas da taxa de sobrevivência. Esta reflexão foi considerada interessante, ainda que requeira a implementação de um estudo complementar. A elevada taxa de sobrevivência foi assinalada por um dos participantes que



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

considera que um tamanho mínimo de 65 cm para todas as espécies permitiria a garantia da sobrevivência.

O presidente S. Larzabal concluiu o ponto relativo à gestão das raias, propondo enviar aos membros o anteriormente mencionado método de cálculo e aguardar a respectiva resposta do CSTEP para integrar o referido método num parecer a submeter ao Comité Executivo de Junho.

- Ponto sobre a raia-curva

Procedeu-se a um ponto de informação sobre o caso da raia-curva. Vários estudos permitiram a reabertura, com o princípio de precaução, da pesca desse stock. Os pescadores franceses gostariam de poder pescar esse stock de maneira acessória. O TAC proposto pela DG MARE seria de 20kg/saída de pesca. Uma das ideias propostas pelos Franceses, seria conceder a captura aos navios em caso de captura de tipo científico. A limitação das capturas é contemplada de diferentes maneiras, consoante os países. Para França, essa quantidade destinar-se-ia somente à pesca científica. Para Espanha, as capturas de raia-curva foram abertas para a zona VIII nas proporções de 20kg/saída de pesca. A presença de raias é observada nalgumas zonas, pelo que os pescadores espanhóis não entendem a situação e acham que uma classificação do TAC por zona e por espécie seria um ponto a considerar. Foi especificado que, devido à carência de conhecimentos, o princípio de precaução aplicar-se-ia sempre. Assim, para se conseguir chegar a um aumento das possibilidades de pesca, é extremamente importante prosseguir com os estudos. O presidente S. Larzabal convidou os membros a partilharem informações através do CC Sul, com vista ao estabelecimento de um projecto de parecer destinado a um futuro aumento das possibilidades de pesca.

Gestão do Robalo

Procedeu-se a um ponto de informação sobre a gestão do robalo. Foram tomadas duas medidas de peso: uma relativa à pesca pelágica e outra relativa à pesca recreativa. As outras profissões (*métiers*) serão provavelmente abrangidas muito em breve, de modo a todos os intervenientes participarem na reconstituição do stock. O Golfo da Biscaia ainda não é abrangido por estas medidas. Ao que parece, estarão a ser desenvolvidos planos plurianuais. Foram levantadas interrogações relativamente ao tamanho mínimo de 42 cm, podendo essa opção ser considerada pela DG MARE para todos os intervenientes, mas não necessariamente para todas as zonas. Um terceiro pacote de medidas chegará durante o mês de Maio de 2015. A gestão do robalo não diz apenas respeito às Águas Ocidentais do Sul, pelo que está prevista a realização de debates com o CC Noroeste logo após a tomada de posse do novo secretário-geral. O presidente do grupo de trabalho S. Larzabal especificou que, relativamente a este



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

assunto, o CC Sul devia ser proactivo, de modo a antecipar medidas prováveis por parte da DG MARE. A ver de um participante, a medida relativa à alteração do tamanho mínimo deveria ser analisada segundo uma vertente socioeconómica. De facto, impactaria sobre a adaptação das artes de pesca, acrescentando, logo, custos adicionais. Para além disso, a implementação de um TAC para este stock não parece ser actualmente muito pertinente, pois não foi encontrado qualquer compromisso desde há vários anos no que respeita a questão da sua gestão. Contudo, sendo esta a ferramenta mais poderosa, é provável que venha a ser novamente debatida.

Plano plurianual para as Águas Ocidentais do Sul

- Apresentação: A. Mousseigne

Os diferentes trabalhos da DG MARE relativos aos planos plurianuais (pré-figuração do plano Báltico, termos de referência para o Mar do Norte) foram apresentados, de modo a submeter o caso das Águas Ocidentais do Sul à reflexão. Em seguida, uma análise desses trabalhos foi avançada, para os participantes poderem considerar um eventual plano para as Águas Ocidentais do Sul desenvolvido pela DG MARE. Por fim, receios e recomendações relacionados com esses trabalhos foram emitidos. Será enviado um documento com as referidas recomendações, com vista a um projecto de parecer do CC Sul.

- Apresentação Azti

Em finais de Maio, reunir-se-á um grupo de trabalho do CSTEP, de modo a dar resposta aos futuros termos de referência relativos a uma avaliação de impacto de diferentes cenários para os planos plurianuais das Águas Ocidentais do Sul. Nesse âmbito, o AZTI participará no grupo de trabalho, pelo que apresentou o modelo bioeconómico que será utilizado para esse grupo (FLBEIA). Para estudar as Águas Ocidentais do Sul, o Golfo da Biscaia e as Águas Ibéricas foram divididos em dois modelos diferentes. Esse modelo integra várias espécies. A dinâmica dos stocks é considerada quando existem informações disponíveis. As principais hipóteses de trabalho são a manutenção da estabilidade relativa. As interacções tróficas não são levadas em consideração, ao contrário das interacções relacionadas com a constituição das capturas. *A priori*, serão testados diferentes cenários, apesar de ainda se desconhecem os termos de referência. O cenário em que a pesca só é encerrada depois de alcançadas todas as quotas será testado, à semelhança de outros que apliquem a obrigação de desembarque, as isenções de minimis, a flexibilidade inter-anual e inter-espécies. O principal requisito dos futuros termos de referência basear-se-á na comparação entre a gestão actual com um valor-alvo Fmsy e a gestão com intervalos de mortalidade. No entanto, os intervalos não estão disponíveis. Os cientistas vão ter de calcular intervalos provisórios enquanto esperam pelos do CIEM. Para além disso, ao que parece,



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

nenhuma regra de exploração será definida. Os planos que forem testados terão como objectivo o MSY em 2016 e 2020.

- Apresentação dos receios e recomendações relacionados com os trabalhos em curso

Foram apresentados os diferentes receios e recomendações relacionados com os trabalhos em curso da DG MARE. Assim, um plano demasiado geral como o do Báltico seria decepcionante. A abordagem científica através dos termos de referência da DG MARE não é suficientemente global, levando apenas em consideração objectivos biológicos. A gestão através de intervalos de mortalidade sem medida complementar não parece proporcionar visibilidade e estabilidade às possibilidades de pesca. É, por conseguinte, importante que os futuros trabalhos sejam mais gerais e estruturantes. A visibilidade e a estabilidade das possibilidades de pesca são o objectivo prioritário das partes envolvidas. Sendo a maior parte das pescarias mistas, uma abordagem pluri-específica também haveria de ser desenvolvida. Um grande sentimento de desilusão foi, por várias vezes, expresso, tanto em termos de objectivos políticos como de consulta das partes envolvidas. Os primeiros trabalhos apresentados parecem cingir-se a responder a necessidades regulamentares. A gestão através dos intervalos de mortalidade sem qualquer medida complementar é decepcionante. Não será motivo para as decisões de final de ano tomadas pelo Conselho de Ministros serem alteradas. As incertezas continuarão presentes. Os objectivos das partes envolvidas de visibilidade e estabilidade não poderão ser alcançados. As noções socioeconómicas estão ausentes dos planos que serão propostos.

Foi indicado que os cientistas do CSTEP respondiam a uma encomenda da DG MARE. Assim, em função do pedido, os cientistas podem ou não responder, emitindo os limites dos seus trabalhos. Não foi possível incluir a pesca recreativa devido à falta de dados.

A PCP indica que as partes envolvidas devem ser consultadas. Alguns membros acrescentaram que, como tal, era preciso insistir em darmos o nosso ponto de vista e sermos proactivos. Deve ser efectuada uma abordagem económica e social, não podendo ser contemplado um plano como o do Báltico devido às especificidades das nossas zonas.

Todos os participantes concordam no que respeita aos receios e recomendações a emitir. O CC Sul tem de trabalhar sobre estas questões. Os trabalhos a implementar são semelhantes aos desenvolvidos para a anchova. Para além dos CCs, os nossos Estados Membros podem ser solicitados e mantidos informados. Ficou acordado enviar um documento de parecer ao Comité Executivo e aos membros do Grupo VIII, IX.

Questões diversas





6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient • FRANCE
+ 33 297 83 11 69 • info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Por fim, nas questões diversas, foi debatido o acesso aos dados Gepeto para os cientistas. Não haverá qualquer problema, desde que os dados sejam utilizados para um estudo sobre os planos plurianuais. Em contrapartida, será, contudo, pedido aos cientistas para estes relatarem os seus trabalhos.